

EDUCAÇÃO SEXUAL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES COM O USO DAS TIC NO BRASIL E EM PORTUGAL: algumas interfaces

Entrevista com a Professora Doutora Maria Isabel Seixas da
Cunha Chagas – Universidade de Lisboa / Portugal



Foto gentilmente cedida pela entrevistada.

Sonia Maria Martins de Melo*

Dilma Lucy de Freitas**

A questão da educação sexual intencional, seja no sistema formal ou informal de educação de professores, seja na formação inicial ou continuada, tem sido apoiada com pesquisas em vários países em que a questão se amplia com estudos sobre os reflexos do uso das tecnologias digitais em práticas pedagógicas de formação de educadores. Em Portugal, na Universidade de Lisboa, surge com destaque o trabalho de investigação da professora doutora Maria Isabel Chagas, com várias orientações finalizadas sobre a utilização das TIC na educação, hoje, inclusive, com ênfase em suas interfaces com a temática da educação sexual na formação de profissionais da educação.

* Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora do Departamento de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina. E-mail: soniademelo@gmail.com

** Doutoranda em Educação pela Universidade de Lisboa. E-mail: dhilmalf@gmail.com

Doutora Maria Isabel é também responsável pela pioneira inserção e pela docência da disciplina optativa sobre esta questão no mestrado em Educação de sua universidade. Esta disciplina, de opção, em cada ano letivo dirige-se ao mestrado em curso numa modalidade mista de Educação a Distância, com o objetivo de atualizar os conhecimentos sobre educação sexual, para debater questões pertinentes nos mais diversos contextos - disciplinar, social e cultural -, analisar diferentes perspectivas sobre educação sexual e conhecer diferentes modelos pedagógicos.

A disciplina organiza-se segundo três módulos, abordando diferentes conteúdos sobre o tema e inclui três sessões presenciais: a primeira coincide com a primeira aula; a segunda, no fim do primeiro módulo; a terceira, corresponde à apresentação dos trabalhos de grupo. O número de horas previsto para a preparação e participação nas atividades é idêntico ao das restantes disciplinas optativas, ao qual se acrescentam cerca de 3 horas semanais para leitura e estudo dos materiais disponibilizados.

Em visita ao Brasil em 2003, a doutora Maria Isabel estabeleceu profícuos contatos com um grupo de pesquisa da UDESC, que também trabalha nessa temática. Referenciais bibliográficos foram intercambiados, na ocasião, com materiais de autores brasileiros sobre educação sexual utilizados no apoio à disciplina em Portugal, assim como nas atividades de ensino, pesquisa e extensão da UDESC realizadas pelo grupo no Brasil. A produção da professora Maria Isabel e seu grupo é fonte de inspiração.

Maria Isabel é doutora em Ciências de Educação (Didáctica das Ciências), professora no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, onde, antes da recente criação desse instituto (2010), integrou o Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa - FCUL - e o Centro de Investigação em Educação da mesma FCUL, este último, em processo de reestruturação. Atualmente, coordena o Grupo de Estudos e Investigação em Sexualidade, Educação Sexual e TIC - GEISEXT -, recentemente formado (janeiro de 2010). Tem coordenado vários projectos financiados pela Fundação da Ciência e Tecnologia - FCT -, do Ministério de Educação e Agência Ciência Viva, deles participando como membro, em assim como tem integrado projetos europeus no âmbito da Educação para a Saúde, Educação em Ciência e Integração Curricular das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação).

Sua produção científica centra-se nos processos de integração das TIC em diferentes ambientes de ensino-aprendizagem e suas consequências nas práticas de ensino e formação e na aprendizagem. Tem-se destacado por pesquisas que buscam subsidiar uma compreensão

significativa destes processos, considerando ser necessário e fundamental ir além do nível micro do ambiente de ensino-aprendizagem e contextualizá-lo no nível meso, correspondente à instituição, como, por exemplo, a escola, assim como no nível macro das decisões políticas, sociais e culturais.

1- Como e quando começou a sua caminhada de estudos e pesquisas acerca da temática da educação sexual?

Como professora de Biologia, no ensino secundário. Posteriormente, como docente de Didática das Ciências e de Metodologia da Biologia na Universidade de Lisboa, a temática de educação sexual tem estado sempre presente e tem sido objeto, da minha parte, de estudo e atualização. Na década de 1990, participei em dois projetos europeus no âmbito da saúde e segurança, que me alertaram e atualizaram acerca da temática da educação para a saúde, da qual a educação sexual é um tema integrante. Contudo, costumo considerar que a minha caminhada de estudos e pesquisa acerca desta temática se iniciou em 2003, ano em que, por proposta do então presidente do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e atual diretor do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, professor doutor João Pedro da Ponte, iniciei a concepção e planejamento de uma disciplina de Educação Sexual dirigida aos estudantes de pós-graduação, mais especificamente do mestrado em Educação. Esta disciplina, lecionada a distância, especificamente na modalidade *blended-learning*, funcionou pela primeira vez entre o leque de disciplinas opcionais disponibilizadas naquele programa de mestrado no ano letivo de 2004/2005. Desde esse ano, a disciplina tem funcionado sempre no segundo semestre. Os comentários dos/as alunos/as têm sido, de uma maneira geral, muito positivos e muitos/as deles/delas se têm comunicado conosco, anos após a sua frequência na disciplina, a afirmar a importância que ela teve no seu interesse sobre a Educação Sexual e nas suas iniciativas na escola neste domínio. A concepção, a operacionalização e a gestão desta disciplina têm conduzido a questionamentos e a pesquisas não só no domínio da educação a distância de terceira geração (com recurso às TIC), como também no domínio da sexualidade e da educação sexual.

A realização desta disciplina teve ecos no Brasil, como experiência pioneira de uma disciplina de Educação Sexual na pós-graduação, e fui convidada pela professora doutora Sônia Melo da UDESC, pelo professor doutor Paulo Rennes da UNESP e pela professora doutora Mary Neide Figueiró da UEL, para participar no II Simpósio de Sexualidade e Educação Sexual Paraná-São Paulo-Santa Catarina, que se realizou em 2006, na

Universidade Estadual de Londrina. Aí tive oportunidade não só de aprofundar o meu conhecimento acerca das linhas de pesquisa científica em sexualidade e educação sexual no Brasil, como também de estabelecer contato, iniciar e reforçar laços profissionais e de amizade com colegas brasileiros. Foi também nesse ano que mantive um primeiro contato com os grupos de pesquisa e seu papel na formação e na produção de conhecimento. Ao longo dos últimos anos, fui compreendendo melhor o funcionamento destes grupos, em minhas vindas ao Brasil, de professores/as brasileiros/as que nos têm visitado e de estudantes pós-graduados e pós-doutorados do Brasil que têm vindo estagiar, sob minha supervisão, na Universidade de Lisboa.

Como consequência, foi possível iniciar a atividade do grupo que coordeno, o GEISEXT – Grupo de Estudos e Investigação em Sexualidade, Educação Sexual e Tecnologias -, em janeiro de 2010, com uma primeira reunião dinamizada pela professora doutora Célia Rossi, da UNESP-Rio Claro. A colaboração com docentes e estudantes das universidades brasileiras tem sido uma fonte de atualização, aprofundamento e inovação que se consubstancia, neste caso, com o conceito de Grupo de Estudos e Investigação, ou seja, uma entidade que, dentro das universidades, promove uma aprendizagem significativa junto aos profissionais em formação contínua, aos estudantes em formação inicial e em pós-graduação, e aos interessados em aprofundar e estudar uma determinada temática. O GEISEXT pode vir a criar situações de ensino e de aprendizagem fundamentadas em correntes teóricas atualizadas e apoiadas pelas TIC, possibilitando reflexões para a formação inicial e para complemento da formação em questões mais específicas, tais como: sexualidade e seus desdobramentos, violência, preconceito, diversidade, exclusão, inclusão, dignidade, respeito, relações de gênero.

Por via das TIC, este grupo tem estabelecido contatos com outros grupos em Portugal, de forma a constituir uma rede que se poderá estender à rede de grupos de pesquisa do Brasil e com outros países com os quais temos estabelecido projetos de colaboração.

- 2- Consideramos importante, logo no início desta entrevista, clarificar o conceito de educação sexual para que o/a leitor/a possa se situar melhor e compreender de que estamos falando. A senhora poderia então conceituar educação sexual? O que seria, no seu ponto de vista, um trabalho de educação sexual?

Seguindo as palavras do professor doutor Daniel Sampaio, coordenador do Grupo de Trabalho para a Educação Sexual – GTES – que estabeleceu um conjunto de orientações para

a Educação Sexual em contexto escolar, esta pode ser aqui definida como um processo pelo qual se obtém informação e se formam atitudes e crenças acerca da sexualidade e do comportamento sexual. Nas escolas dos ensinos básico e secundário, implica a concepção e operacionalização de um plano cujas actividades disponibilizem informação adequada sobre a sexualidade humana, o aparelho reprodutivo e a fisiologia da reprodução, a SIDA (AIDS) e outras doenças sexualmente transmissíveis, os métodos contraceptivos e o planeamento da família e que, numa perspectiva de educação global do indivíduo, promovam nos/as jovens a capacidade de ouvir, de negociar, de respeitar o/a outro/a, de tomar decisões, de reconhecer pressões, sendo essencial, também, compreender as diversas perspectivas morais e sociais sobre a sexualidade, numa posição de respeito pelas diferenças culturais existentes e conseguir uma melhoria dos relacionamentos afectivo-sexuais, relações interpessoais e partilha de responsabilidades. A consecução deste plano de actividades envolve a colaboração de entidades locais na área da saúde, a participação dos/as alunos/as e dos pais/mães e encarregados/as de educação e apela, obviamente, à existência de uma massa crítica de professores/as devidamente formados/as e qualificados/as.

Este conceito Educação Sexual engloba as dimensões formal (a cargo da Escola e de outros organismos reconhecidos pela tutela) e informal, que acontece em instituições de divulgação científica e cultural, como os museus, dos meios de comunicação, como a televisão, e, no dia-a-dia, nas interações sociais que cada um estabelece com o seu meio.

- 3- Nosso grupo de estudos e pesquisas no Brasil gosta muito de destacar estas duas dimensões referentes a um trabalho de educação sexual, quais sejam, a dimensão formal e a dimensão informal. Fazemos sempre questão de chamar a atenção de que somos todos/as educadores/as sexuais uns dos outros, quer tenhamos ou não consciência deste fato. Compreendemos que a dimensão informal, assim como a senhora já colocou anteriormente, acontece a partir das nossas ações diárias, por meio da transmissão dos nossos valores, dos nossos gestos, da forma como reagimos, pensamos, sentimos em relação à sexualidade, mas se faz também através do nosso silêncio. Do silêncio que “fala” e repassa os muitos mitos e dos tabus referentes à sexualidade. E, como somos todos educadores/as sexuais, pois entendemos que em toda relação há sempre um processo de educação sexual, nosso convite sempre é para que, em se tendo esta consciência, façamos trabalhos **intencionais** de educação sexual. Neste sentido, nossa pergunta à senhora é: como este trabalho, de forma intencional,

vem sendo realizado em Portugal? A senhora poderia fazer um breve panorama de como está acontecendo a educação sexual intencional nas escolas de Portugal?

A Educação Sexual intencional em contexto escolar tem sido tema controverso em Portugal desde que, em 1984, foi publicado o primeiro documento legal que definia o papel do Estado como o “garante à Educação Sexual como componente do direito fundamental à Educação” (artigo 1º, Lei 3/84 de 24 de março de 1984). Ao longo destes 26 anos, o seu percurso, como componente do currículo nacional, tem sido marcado por avanços, recuos e períodos de imobilidade. Como consequência, a integração de projectos e atividades de Educação Sexual nos vários níveis de ensino está longe de ser, no presente, uma prática regular e generalizada entre as nossas escolas.

A situação que se observa é de grande heterogeneidade. Escolas detentoras de programas de Educação Sexual, que a foram desenvolvendo devido à iniciativa de alguns/algumas dos/as seus/suas professores/as e à participação em redes de promoção da saúde, coexistem com outras sem qualquer experiência neste domínio.

De acordo com as linhas orientadoras publicadas em 2000 pelo Ministério da Educação, a Educação Sexual tem sido considerada como parte integrante da área curricular de Educação para a Saúde de natureza interdisciplinar e transversal, que foca não só a mudança individual de comportamentos, mas também a mudança social e a ação política, tendo como alvo a promoção da saúde.

A promoção da saúde é o processo que visa a criar condições para que as pessoas desenvolvam a capacidade de controlar fatores determinantes da saúde, no sentido de a melhorar. Os principais fatores que determinam a saúde – genéticos, biológicos, comportamentais, ambientais e serviços de saúde – fundamentam uma ação de promoção da saúde, envolvendo atividades diversificadas. A Educação para a Saúde configura uma dessas atividades e corresponde ao processo que utiliza a comunicação pedagógica com o objetivo de promover a aprendizagem da saúde. A escola pode constituir-se como um importante ambiente promotor da saúde, tanto para os/as alunos/as como para o pessoal docente e não-docente, através da criação de condições de vida e de trabalho que sejam saudáveis, seguras, estimulantes e agradáveis.

No relatório do GTES, publicado em 2007, a Educação Sexual em contexto escolar não se constitui como disciplina individualizada, mas integrada às disciplinas curriculares cujos programas devem incluir a temática e às chamadas “áreas curriculares não-disciplinares” (área de projeto, estudo acompanhado, formação cívica e opção de escola). Em

cada agrupamento de escolas, cabe aos professores/as com formação adequada e sob a coordenação do/a professor/a responsável da Educação para a Saúde (EpS), de acordo com as características da escola e com as necessidades identificadas neste domínio, criar um plano de atividades de promoção da saúde no qual se inclui a educação sexual. O Ministério da Educação definiu, em 2006, cinco áreas prioritárias segundo as quais qualquer plano de actividades em EpS deve contemplar: alimentação e atividade física, saúde oral, prevenção do consumo de substâncias psicoactivas, sexualidade, infecções sexualmente transmissíveis e violência em meio escolar. Análises feitas a escolas no âmbito da disciplina de Educação Sexual do Mestrado em Educação do IEUL têm revelado uma tendência para dar mais relevância aos temas de alimentação e violência. A integração curricular dos temas sexualidade e infecções sexualmente transmissíveis é concretizada em relativamente poucas escolas e, muitas vezes, não são os/as professores/as que as trabalham, mas sim profissionais de saúde afetos aos centros de saúde da comunidade em que está inserida a escola.

Em agosto de 2009, após um aceso debate político, foi criada a Lei nº 60/2009, que estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar. De acordo com esta lei, que estabelece as finalidades de educação sexual, é reafirmada a sua integração na Educação para a Saúde, mantendo-se o seu carácter de transversalidade no currículo das disciplinas nos diferentes anos. A carga horária, que deve ser adaptada a cada nível de ensino e a cada turma, “não deve ser inferior a seis horas para o 1º e 2º ciclos do ensino básico, nem inferior a doze horas para o 3º ciclo do ensino básico e secundário, distribuídas de forma equilibrada pelos diversos períodos do ano letivo” (Artigo 5º).

Tal como em situações anteriores de publicação de legislação específica, os/as professores/as, de uma maneira geral, questionam a qualificação que têm para abordar estes temas na escola e nas respectivas aulas e clamam por orientações curriculares mais explícitas e adequadas à comunidade escolar, assim como por programas de formação ajustados às exigências atuais da escola e da sociedade. Lamentam a falta de hábitos de colaboração e a falta de estruturas que permitam o trabalho colaborativo, viabilizando a reunião dos professores de diferentes escolas e de diferentes níveis de ensino, tendo em vista a atualização de conhecimentos, a troca e a partilha de experiências e a divulgação de recursos educativos que tenham sido aplicados com sucesso em situações concretas no âmbito de programas de Educação Sexual em funcionamento.

4- O Brasil, diferentemente de Portugal, até o presente momento não tem uma lei que

regulamente a educação sexual intencional nas nossas escolas. Temos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e, no caso do estado de Santa Catarina, temos ainda a Proposta Curricular do Estado, que apenas apresentam um parâmetro ou uma proposta de trabalho, como seus próprios nomes já sugerem, mas não são leis. Parece-nos, professora Maria Isabel, que, neste sentido, Portugal está saindo na frente do Brasil. A senhora já fez algumas referências a esta lei aprovada, em 6 de agosto de 2010, mas gostaríamos de saber, afinal, o que muda a partir dela, em relação às outras propostas que já existiam em Portugal. Na sua opinião, quais poderão ser as vantagens e as desvantagens da aprovação desta lei?

Esta lei vem reafirmar a relevância de se abordar a Educação Sexual em contexto escolar, estabelecendo um regime de obrigatoriedade, em particular os mínimos (objetivos, conteúdos, carga horária) que todas as escolas portuguesas do ensino básico e secundário, tanto as públicas como as privadas, devem respeitar, assegurando, assim, uma base comum para as aprendizagens de todos os alunos. Esta lei, muito recentemente regulamentada (em 9 de abril de 2010), não traz grandes alterações ao que já vinha sendo proposto em 2000, com a publicação das Linhas Orientadoras pelo Ministério da Educação e, em 2007, com a publicação do relatório do Grupo de Trabalho em Educação Sexual nomeado pelo mesmo ministério. A Educação Sexual continua a fazer parte da Educação para a Saúde. Os seus conteúdos “são desenvolvidos no quadro das áreas curriculares (designadamente em formação cívica) não-disciplinares e devem respeitar a transversalidade inerente às várias disciplinas, integrando-se igualmente nas áreas curriculares disciplinares” (Artigo 2º). A sua operacionalização pelo coordenador EpS da escola, em articulação com os diretores de turma, envolve que cada escola inclua um programa de Educação Sexual no seu Projeto Educativo, com repercussões nos projetos de cada turma.

Estabelece-se, ainda, que “a educação sexual deva ser desenvolvida pela escola e pela família, numa parceria que permita respeitar o pluralismo das concepções existentes na sociedade portuguesa”.

As vantagens desta lei são óbvias, ou seja, a possibilidade de uma Educação Sexual básica para todos os alunos. As desvantagens não são inerentes a esta lei, mas às exigências que encerra, em particular no que diz respeito a uma formação de professores/as adequada.

- 5- Em Portugal, assim como no Brasil, percebe-se, a partir do panorama que a senhora fez na questão 3 desta entrevista, que vocês encontram também sérias dificuldades

para que um trabalho intencional de educação sexual aconteça efetivamente nas escolas do país. Quais são as maiores dificuldades encontradas? Como algumas destas dificuldades podem ser superadas?

Posso identificar um conjunto de dificuldades que não atuam independentemente nem isoladamente, mas que se influenciam umas às outras, criando uma situação de grande complexidade, que é importante gerir com racionalidade, persistência e na busca de uma compreensão profunda do que é que as determina. Vou referir apenas duas que considero como prioritárias. Uma dessas dificuldades corresponde à ignorância generalizada do público acerca do que é um programa de Educação Sexual intencional. A mensagem, transmitida pelos meios de comunicação social, é pouco clara a este respeito, incidindo, fundamentalmente em situações particulares, de exceção/notícia, mas sem disseminar o trabalho de pesquisa desenvolvido e que tem dado origem a um campo de conhecimento crescente, que está na base de propostas fundamentadas de ação. O próprio currículo, na prática demasiado centrado nos objetivos e nas metas, não tem dado espaço a uma perspectiva histórica que conduza a uma compreensão do caminho percorrido pela Educação Sexual e, conseqüentemente, das diferentes dimensões de que se reveste atualmente.

Outra dessas dificuldades, que se interliga com a primeira, é a ausência de programas de formação de professores que estabeleçam a ponte entre o conhecimento em Sexualidade e Educação Sexual, o currículo e a realidade da escola.

Estas dificuldades podem ser superadas através de medidas que envolvam a disseminação junto ao público da Sexologia, em geral, e em particular nas suas vertentes Sexualidade e Educação Sexual, e, através da criação, oferta e desenvolvimento de programas de formação de professores tanto inicial como continuada.

6- A senhora citou a formação dos/as professores/as como uma das dificuldades a serem superadas. Porém, através do uso das novas tecnologias e informação e comunicação (TIC), que dão suporte às comunidades virtuais de aprendizagem, entendemos que parte destas dificuldades pode ser no mínimo amenizada. Sabemos que a senhora também tem uma grande experiência neste sentido e gostaríamos que nos contasse um pouco sobre ela. Afinal, o que são estas comunidades? O que são as TIC? Como elas podem contribuir na formação dos/as professores/as em educação sexual?

De acordo com a UNESCO, as TIC são conjuntos heterogêneos de dispositivos e recursos tecnológicos usados para comunicar, editar, disseminar, armazenar e gerir

informação. A OCDE define-as como o conjunto de atividades que facilitam o processamento, a transmissão e a apresentação da informação através de meios eletrônicos. As TIC têm evoluído de uma forma dramática, aliás, como todos nós temos vindo a assistir nos últimos anos com as novidades que quotidianamente são divulgadas na WWW. Uma das consequências dessa evolução é que as TIC se têm tornado cada vez mais “amigáveis”, ou seja, capazes de ser utilizadas por qualquer pessoa, em qualquer parte do mundo. As comunidades virtuais suportadas pela Internet podem ser uma resposta às necessidades de formação dos/as professores/as em Educação Sexual, porque se fundamentam nas interações sociais e na colaboração entre os seus participantes.

De acordo com o professor Paulo Dias, da Universidade do Minho, essas comunidades correspondem a agrupamentos sociais que emergem da Internet, quando são estabelecidas redes de interações mediadas por computador entre os sujeitos, orientadas pela partilha de interesses e com duração suficiente para criarem vínculos no ciberespaço. Apesar da proliferação de comunidades deste tipo, que se observa na Internet, sua criação, desenvolvimento e sustentação, conduzindo a uma prática que traga os esperados benefícios para os seus participantes, continuam a ser de difícil consecução entre os/as professores/as e têm sido objeto de investigação em educação centrada nos fatores que determinam a criação e o desenvolvimento de tais comunidades e seus efeitos nas pessoas que nelas participam.

Entre as comunidades virtuais suportadas pela Internet, as Comunidades de Aprendizagem e as de Prática têm despertado grande atenção junto a especialistas de várias áreas da educação devido às suas potencialidades de gerar ambientes que possibilitam e incentivam a colaboração entre os seus participantes. No momento atual, de grande expansão da Educação a Distância, os processos que conduzem à criação e sustentação destas comunidades se revestem de particular relevância e pertinência. Nelas participam pessoas das mais diferentes proveniências e formações, reunidas num esforço comum de procura de informação, compreensão e aplicação.

Tal informação pode tornar-se conhecimento à medida que é integrada em algo significativo, pelo indivíduo, devido às interações que este vai estabelecendo com as pessoas envolvidas, e pode ser utilizada no tratamento de questões e na resolução de problemas específicos. A abordagem de tais questões e problemas concretiza-se através da prática dos membros da comunidade num ambiente situado e contextualizado.

Das razões apontadas pela literatura da especialidade para a criação e sustentação de comunidades virtuais no contexto escolar, destacam-se as seguintes que têm vindo a ser

confirmadas pela investigação: partilha de recursos, apoio e interação; desenvolvimento de materiais curriculares; oportunidade para aplicação de estratégias de ensino e modalidades de aprendizagem inovadoras; estabelecimento de interações sociais promovendo a colaboração; novas possibilidades de formação contínua e de desenvolvimento pessoal e profissional do/da professor/a. Correspondem, todas elas, aos requisitos explicitados pelos/as professores/as para uma participação efetiva em projectos de Educação Sexual nas respectivas escolas.

Da minha experiência, tem sido possível constatar que o curso de Educação Sexual, atrás referido, ao responder a uma das questões anteriores, tem funcionado como a base, diria que cognitiva e afetiva, para que alguns/mas professores/as que nele participaram desejem manter-se em contato, de forma a poderem conceber e operacionalizar os respectivos projetos no campo da Educação Sexual. Este contato, segundo a voz dos/as professores/as com quem tenho trabalhado, inclui a partilha de recursos, ideias e experiências; a discussão de temas diversificados; a atualização e o aprofundamento do conhecimento no domínio da sexualidade e da educação sexual; o apoio, que pode tomar diferentes formas, tais como: esclarecimento de dúvidas, atendimento, discussão e análise dos projetos em desenvolvimento.

As redes sociais atualmente disponíveis na WWW permitem criar o suporte para o desenvolvimento de uma comunidade em que aqueles anseios dos/as professores/as possam ser concretizados. No nosso caso, foi criada a rede social - (<http://www.esnaescola.ning.com>) que permite diferentes formas de comunicação e de partilha de informação multimídia. Os participantes podem publicar não só os seus textos, como também vídeos, fotografias, desenhos, animações e links de interesse. Os fóruns, os blogs e outras aplicações potencializam a comunicação e a interação entre os participantes.

Estão assim lançadas as sementes para a criação de uma comunidade: uma proposta comum – partilhar ideias e experiências no âmbito da Educação Sexual; uma perspectiva pedagógica –: facultar aos alunos/as, aos professores/as e aos restantes membros da comunidade escolar oportunidades para interagir na procura de um conhecimento acerca de si e dos outros no que diz respeito aos temas tratados; um grupo de liderança – podendo ser constituído por antigos alunos na disciplina e pelos respectivos tutores; uma estrutura de suporte – com materiais e recursos diversificados para o estudo e a comunicação.

A ESnaEscola está a funcionar há pouco mais de um ano. Conta atualmente com 57 membros e já dispõe de um acervo significativo de recursos que podem ser utilizados por todos. Têm sido abertos alguns fóruns, dos quais, de uma maneira geral, poucos membros têm participado. Contudo, as suas potencialidades são visíveis. Há todo um campo de pesquisa

que se abre, não só no domínio das TIC no que diz respeito à dinamização e sustentação de comunidades como esta, mas também, e principalmente, nos domínios da formação de professores/as em Sexualidade e Educação Sexual e da divulgação desta área do conhecimento ao público.

- 7- Utilizando os recursos e as possibilidades que as TIC oferecem, a senhora tem realizado trabalhos e projetos em parceria com o Brasil. Há, inclusive, membros brasileiros integrando a comunidade do ESnaEscola, como a senhora já mencionou anteriormente. Quais seriam estes trabalhos e projetos? De que forma esta parceria com o Brasil tem contribuído com o seu trabalho e com as suas investigações?

As TIC abrem novas possibilidades ao estabelecimento de parcerias quando os participantes estão localizados a distâncias assinaláveis, como é o caso de Portugal e do Brasil. Um projeto que só foi possível pela parceria com o Brasil, e dadas as possibilidades das TIC, foi o da criação do GEISEXT, pelo conceito de “grupo de pesquisa” tal como é aplicado pelos/as colegas das universidades brasileiras com quem tenho trabalhado, e pela influência que os grupos de pesquisa em Educação Sexual têm exercido nas minhas concepções, expectativas e atuações nesta área. Até agora, todos os encontros do GEISEXT (o quinto será neste mês de abril) têm tido a colaboração de um/a colega brasileira/o, seja presencial, seja virtualmente, através da videoconferência. A coexistência de contextos simultaneamente semelhantes (a língua, fontes culturais comuns) e diferentes (diversidade cultural, visões divergentes) tem sido um núcleo de riqueza e de inovação. Associado ao GEISEXT, está o ESnaEscola, que funciona como apoio e continuidade às discussões presenciais, mas também como fonte de novas propostas veiculadas pelas TIC. Por exemplo, neste momento estamos a pensar em realizar uma exposição virtual dedicada a um tema pertinente no âmbito da Sexualidade e Educação Sexual.

- 8- Finalizando esta entrevista, professora Maria Isabel, gostaríamos que a senhora relatasse, a partir das suas pesquisas e dos projetos que vem desenvolvendo, quais questões de investigação a senhora considera que ainda são pertinentes para a continuidade das investigações na área de educação sexual?

No contexto do trabalho realizado por mim e meus/minhas colaboradores/as que tenho vindo a apresentar nesta entrevista, as questões de investigação que se colocam dizem respeito à sustentação de um grupo de pesquisa como o GEISEXT e suas repercussões nas

concepções, atitudes e práticas dos/as professores/as em Educação Sexual no contexto escolar. Paralelamente à constituição e sustentação de uma comunidade de aprendizagem/de prática *online*, constitui igualmente objeto de investigação. Assim, enuncio aqui algumas questões que estão na base de alguns dos nossos percursos futuros de investigação:

- Qual o impacto da participação num grupo de pesquisa na formação em Educação Sexual de professores/profissionais participantes?

- Quais os efeitos da participação numa rede virtual (ESnaEscola) nas concepções e práticas dos professores/profissionais participantes, no âmbito da Educação Sexual?

- Que inter-relações se estabelecem entre a componente presencial e a virtual na construção e sustentação de uma comunidade de aprendizagem/de prática?

- Quais os fatores facilitadores e inibidores na criação e sustentação de um grupo de pesquisa e de uma comunidade online focalizado na Sexualidade e Educação Sexual?

- Como promover a interação e o trabalho colaborativo nestes dois contextos?

Enfim, é um conjunto de questões iniciais que, certamente, à medida que o grupo de pesquisa se for consolidando, juntamente com a rede social ESnaEscola darão origem a outras de forma a clarificar o papel que os grupos de pesquisa apoiados pelas TIC podem ter na formação e nas práticas dos professores em Educação Sexual.